



**MERCADOS**

## Bolsa acumula queda semanal por espera por juro maior nos EUA

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) operou lateralizado nesta sexta-feira, sem referência das bolsas de Nova York por conta do feriado de Juneteenth e sob liquidez reduzida. Na semana, o Índice Bovespa (Ibovespa) acumulou queda de 1,64%, pressionado principalmente pela expectativa de alta de juros nos Estados Unidos - e que pode influenciar a política monetária brasileira - ainda em 2026. Os investidores aguardam uma nova rodada de negociações sobre o programa nuclear do Irã, após adiamento, e a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) para montar posições mais firmes.

Volátil desde cedo, o Ibovespa oscilou por uma faixa estreita, de pouco mais de mil pontos da mínima de 167.657,53 (-0,37%) pela manhã até a máxima de 168.786,54 (+0,3%) à tarde, por fim fechando aos 168.333,61 (+0,03%) pontos. Com a queda semanal, aprofundou as perdas do mês de junho para 3,14% e limitou os ganhos do ano a 4,47%.

O giro financeiro de R\$ 27,49 bilhões no Ibovespa hoje só não foi menor por conta do vencimento de opções sobre ações.

Entre as blue chips, as ações da Petrobras fecharam em direções opostas, com alta de 0,49%

da ordinária e queda de 0,13% da preferencial. Já Vale subiu 1,01% e os grandes bancos, em sua maioria, caíram - com exceção de Santander Unit (+0,6%).

**DÓLAR**

O dólar recuou frente ao real nesta sexta-feira, alinhado ao comportamento predominante da moeda norte-americana no exterior, embora alguns pares emergentes da divisa brasileira tenham apresentado depreciação moderada. Sem indicadores domésticos relevantes e com liquidez reduzida - diante da ausência de negócios nas bolsas de Nova York e no mercado de Treasuries em razão do feriado nos Estados Unidos - investidores promoveram ajustes de posições no mercado local de câmbio.

O dólar à vista encerrou o dia em baixa de 0,2%, a R\$ 5,1648, após mínima de R\$ 5,1332. Com a baixa desta sexta-feira, houve apenas uma devolução muito modesta da alta de 1,32% da quinta-feira.

A moeda encerra a semana com valorização de 2,04% no mercado local, o que eleva os ganhos acumulados em junho para 2,42%, após avanço de 1,82% em maio. No ano, as perdas, que chegaram a superar dois dígitos no início de maio, quando a taxa de câmbio rondava R\$ 4,90, agora são de 5,91%.

**PROGRAMA**

# Motoristas de apps e taxistas já podem pedir financiamento

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Começou nesta sexta-feira o período para motoristas de aplicativos e taxistas solicitarem financiamento de veículos zero quilômetro por meio do programa Move Brasil. A iniciativa do governo federal é voltada à renovação da frota de transporte individual no país.

Os interessados precisam se cadastrar na plataforma oficial do programa para solicitarem o benefício junto às instituições financeiras, caso tenham atendido aos critérios de participação. Em um prazo de até cinco dias após o cadastro, o trabalhador será informado se poderá parti-

cipar do programa.

A iniciativa integra o Move Brasil, que prevê linhas de crédito facilitadas para aquisição de veículos novos.

O Move Motos é uma linha de crédito para motociclistas de aplicativos que desejam financiar ciclomotores, motonetas, motocicletas e bicicletas elétricas produzidas no Brasil ou com projeto de investimento voltado à produção no país.

Ele segue os mesmos moldes do Move Aplicativos, que tem como público-alvo motoristas de aplicativos e taxistas interessados em financiar carros.

Essas linhas de crédito são uma expansão do Move Brasil, criado para viabilizar a renova-

ção de frotas no país, por meio de facilidades de financiamento.

**JUROS**

Segundo o Planalto, a taxa a ser cobrada para financiamento dos veículos será de 12,5% ao ano, o que corresponde a 0,99% ao mês para homens e 0,91% ao mês para mulheres.

Os financiamentos serão destinados exclusivamente à compra de veículos novos, com valor máximo de R\$ 150 mil. Os automóveis precisam ser de montadoras habilitadas no programa e atender a critérios de sustentabilidade definidos pelo governo.

Para acessar o financiamento, estão previstos alguns requisitos mínimos, como 12 meses de ca-

dastro na plataforma oficial, e no mínimo, 100 corridas realizadas.

Estão incluídos veículos:

- Flex (gasolina e etanol);
- Elétricos,
- Híbridos a etanol.

**MOVE APLICATIVOS**

No caso do Move Aplicativos, 740 mil profissionais já atenderam aos requisitos para acessar a linha de financiamento com as condições mais favoráveis.

O governo federal abriu crédito extraordinário de R\$ 30 bilhões para a compra de veículos por motoristas de táxi e de aplicativo. Os recursos serão repassados pelo Ministério da Fazenda ao BNDES, que também vai operacionalizar a medida

**2027**

## Durigan quer que imposto seletivo da tributária entre em vigor em janeiro

CÍCERO COTRIM E MATEUS MAIA/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, defendeu nesta sexta-feira, que o imposto seletivo da reforma tributária - que vai incidir sobre bens como bebidas alcoólicas e tabaco - seja debatido com todos os setores da economia ainda este ano para entrar em vigor já em janeiro

de 2027, de forma que a transição de sistemas já comece com o tributo.

"A ideia é que a gente pactue com os diferentes setores que vão ser impactados pelo imposto seletivo, de maneira a fazer um processo em que comecemos sem grandes discussões de imposto seletivo, mantendo a carga que hoje eles têm no IPI", disse o ministro, durante entre-

vista ao Jota.

A princípio, a ideia é que as reuniões com os setores ocorram em duas semanas, após uma viagem do ministro à China entre os dias 20 e 28. Durigan também deve conversar com líderes do Congresso para buscar um encaminhamento da proposta no Legislativo. A "virada de chave" precisa ser definida ainda em 2026.

"A proposta tem de ser encaminhada este ano, em comum acordo com os setores e os líderes do Congresso, a tempo de cumprir a noventena", disse o ministro. "Se a gente tiver um bom acordo com os setores e com os líderes do Congresso, a gente encaminha esse tema para ser votado, para ser apresentado antes da eleição e votado depois da eleição."

**CONGRESSO**

## Dario Durigan volta a defender acordo na PEC do Banco Central

CÍCERO COTRIM E MATEUS MAIA/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, voltou a defender nesta sexta-feira, que sejam feitos ajustes na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65, que garante autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central. Ele prometeu, em entrevista ao Jota, "reabrir o debate" com o presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, e com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois de mais de dois anos parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a PEC foi aprovada pelo colegiado no último dia 10. Foi uma vitória da cúpula do BC, defensora do texto, e uma derrota da equipe econômica, que aponta problemas com a matéria. Entre eles, está o fato de que os fluxos entre autoridade mo-

netária e Tesouro Nacional passariam a ser contabilizados no resultado primário.

Apesar de apontar problemas, Durigan disse que não tem nenhuma intenção de tentar derrubar o texto no plenário do Senado. "Não é frear, é apresentar um texto que tenha acordo, que seja discutido", disse o ministro, destacando ser favorável ao fortalecimento do BC para evitar que casos como o do Banco Master se repitam.

Durigan defendeu esse fortalecimento institucional do BC por meio do orçamento, ganhos de sistema, proteção ao Pix e contratação de pessoal. Mas argumentou que as dificuldades enfrentadas pela autoridade monetária são as mesmas de agências reguladoras, acusando o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro de ter sucateado a autoridade monetária, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros.

**AGRONEGÓCIO**

## Grupo Prime pede recuperação judicial com dívidas de quase R\$ 800 milhões

GABRIEL AZEVEDO/AE

O Grupo Prime, dono da Prime Agro Produtos Agrícolas, pediu recuperação judicial na Justiça do Paraná e informou passivo total de R\$ 790,2 milhões, segundo documentos do processo obtidos pelo Grupo Estado. Fundado em 2013 em Toledo (PR) pelos irmãos Paulo José e Luiz Eduardo Montans Braga, o grupo atua em torno de agricultura sustentável, manejo biológico, regeneração de solo, monitoramento técnico e desenvolvimento produtivo de cultivos e criações, tem 263 funcionários e atende mais de 500 clientes em 20 estados.

O pedido de recuperação foi protocolado na terça-feira passada, e envolve 11 requerentes ligados ao mesmo grupo econômico familiar: seis empresas e cinco produtores rurais. Além da Prime Agro, de Toledo, integram o processo Agropecuária Caiana, Juruá Participadora de Bens, Acaia Serviços Administrativos, Agropecuária Alterosa, Agropecuária Candeia e produtores da família Montans Braga.

A defesa pede que a reestruturação tramite de forma conjunta, com consolidação processual e substancial, mecanismo que permite reunir ativos e passivos do grupo no mesmo processo e, se deferido pelo juiz, apresentar um único plano

de recuperação judicial.

Na petição, o grupo diz que a crise foi provocada por uma combinação de endividamento financeiro elevado, aumento do custo do crédito, restrição de liquidez e piora das condições de mercado no agronegócio. A defesa cita, entre os fatores de pressão, a alta da Selic e do CDI, a queda dos preços de commodities agrícolas como soja e milho, eventos climáticos adversos, retração do crédito rural e ciclo de baixa da pecuária.

Segundo o grupo, parte relevante das obrigações foi assumida em um período de expansão operacional. Esse movimento passou a pressionar o fluxo de caixa quando as receitas foram afetadas pela piora das margens no campo e pelo encarecimento das dívidas. A defesa afirma que a crise é financeira e conjuntural, não operacional, e que a recuperação judicial é necessária para reorganizar o passivo e alongar as obrigações.

Do total das dívidas reconhecidas pelo grupo, R\$ 397 milhões são créditos sujeitos à recuperação judicial e R\$ 394 milhões aparecem listados como extraconcursais, categoria que reúne obrigações que, em regra, não entram automaticamente no plano de pagamento aos credores.

A maior parte da dívida sujeita à recuperação está na classe

dos credores quirografários, aqueles sem garantia real, com R\$ 282 milhões distribuídos entre 311 credores. A classe de garantia real soma R\$ 106,1 milhões e tem apenas um credor listado: o Banco do Brasil. Os créditos trabalhistas e acidentários somam R\$ 2 milhões, enquanto microempresas e empresas de pequeno porte aparecem com R\$ 6,5 milhões.

Na parte extraconcursal, o maior credor indicado é o Prime Agro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, com R\$ 190 milhões. Também aparecem o Santander, com R\$ 36,8 milhões; Caixa Econômica Federal, com R\$ 32 milhões; BTG Pactual, com R\$ 19,9 milhões; Itaú Unibanco, com R\$ 16,4 milhões; Canal Companhia de Securitização, com R\$ 16,3 milhões; Bradesco, com R\$ 13,2 milhões; e Insumos Milênio/Terramagna Fiagro, com R\$ 12,8 milhões. A lista inclui operações com garantias fiduciárias, recebíveis, imóveis rurais, veículos, equipamentos, caminhões, estoque, aeronave e servidor.

O grupo afirma no processo que a operação depende de fazendas, equipamentos, estrutura logística, veículos, caminhões e uma aeronave para manter atendimento técnico e comercial em áreas rurais. Por isso, pede que parte desses bens seja reconhecida como essencial à ati-

vidade, o que poderia impedir retirada ou apreensão durante o período de proteção judicial, caso o processamento da recuperação seja deferido.

O processo ainda está em fase inicial. O próximo passo é a análise da regularidade da documentação e dos requisitos para que a recuperação seja processada em conjunto. Se o pedido for aceito, a Justiça deverá nomear um administrador judicial, abrir o prazo para apresentação do plano de recuperação e suspender por 180 dias ações e execuções contra o grupo, o chamado stay period.

Para César Borges, sócio do Arake, Tomazette, Borges & Glicério Advogados, o caso se insere em um ambiente de maior dificuldade para revendas e empresas ligadas a insumos agrícolas. "As revendas de produtos agrícolas têm passado por dificuldades nos últimos anos. Temos outros exemplos de recuperações com dívidas altas no setor", afirmou.

Segundo ele, a 2ª Vara Especializada deverá analisar os documentos, a possibilidade de tramitação conjunta e a eventual apresentação de um único plano. "Cumpridos os requisitos, o juiz irá nomear administrador judicial, deferir a suspensão de execuções por 180 dias e decidir sobre a essencialidade dos bens", disse.

**Nota****DURIGAN DEFENDE AUMENTO DO TETO DE FATURAMENTO DOS MEIS PARA R\$ 130 MIL**

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta sexta-feira, que o governo tem discutido a possibilidade de aumentar o teto de faturamento de microempreendedores individuais (MEIs), de R\$ 81 mil para cerca de R\$ 130 mil ao ano. A mudança ocorreria em 2027 e 2028 e não envolve uma alteração no Simples. "Nós não temos condição hoje de ampliar os limites do Simples como um todo, isso está fora de questão", disse o ministro, em entrevista ao Jota.

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-ClaroRua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE



**ESTACIONAMENTO**

# Nunes sanciona lei que cria programa 'vagas verdes' em SP

DIVULGAÇÃO



JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

A lei que institui o Programa Vagas Verdes na cidade de São Paulo foi sancionada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) (foto). A proposta é transformar vagas de estacionamento de ruas em espaços permeáveis com canteiros e árvores para reduzir as ilhas de calor, ajudar no controle de enchentes e melhorar o ambiente urbano.

A Lei 18.504/2026 foi aprovada em abril pela Câmara Municipal e foi publicada no Diário Oficial nesta sexta-feira, mas ainda precisa ser regulamentada.

O Programa Vagas Verdes foca na "renaturalização" das vias públicas de São Paulo para torná-las mais sustentáveis ambientalmente.

**QUE É PROPOSTO?**

Converter vagas de estacionamento de carros em espaços permeáveis e vegetados, como jardins de chuva;

Implantar as vagas preferencialmente em regiões mais vulneráveis a eventos climáticos extremos, como ondas de calor, enchentes e enxurradas, e em regiões com menor cobertura vegetal;

Integrar as 'Vagas Verdes' com a rede de drenagem no local de implantação, visando a escoar a água captada, mas sem sobrecarregar as redes de drenagem.

**QUAIS OS PRINCIPAIS OBJETIVOS?**

Ampliar a cobertura vegetal na área urbana, principalmente com espécies arbóreas que atraíam a fauna urbana;

Reduzir a impermeabilidade do solo, auxiliando a adaptação às mudanças climáticas;

Conectar fragmentos de vegetação, apoiando a formação de corredores ecológicos.

A lei permite que moradores solicitem a implantação de vagas verdes em suas quadras. Os interessados poderão colaborar com o monitoramento dos espaços, informando à Prefeitura sobre o estado da

vegetação e eventuais necessidades de manutenção, mas sem ter direito de uso privativo da área, que seguirá pública.

As vagas verdes podem ocupar o espaço destinado a estacionamento a partir da guia da rua, mas não podem avançar na faixa de trânsito. A lei incentiva a instalação dos canteiros perto de esquinas para "acalmamento" do trânsito e melhoria nas condições de travessia para pedestres.

Para o urbanista Ivan Carlos Maglio, pesquisador da FAU-USP nas áreas de planejamento urbano, recursos hídricos e adaptação climática, a nova lei tem mérito ao reconhecer a importância da infraestrutura verde, da drenagem sustentável e da adaptação climática.

No entanto, sua capacidade real de enfrentar os desafios ambientais da capital é limitada. "Há enorme diferença entre a escala da intervenção e a escala dos problemas que São Paulo enfrenta. Enquanto a cidade continua ampliando a impermeabilização do solo e o adensamento construtivo, além de pressionar os sistemas de drenagem, a lei propõe converter pequenas áreas de estacionamento em espaços vegetados", diz.

Maglio observa que a lei também não estabelece metas, indicadores ou áreas prioritárias de implantação, o que corre o risco de iniciativa ser mais pontual.

A lei permite utilizar as 'Vagas Verdes' como forma de conversão das compensações ambientais como cumprimento de medidas reparatórias, condicionada à análise técnica. Maglio vê essa possibilidade com preocupação. "Dependendo da regulamentação, pequenas intervenções poderão ser usadas para compensar impactos ambientais maiores, criando desequilíbrios entre dano e reparação", diz.

A regulamentação da nova lei está sendo feita pela equipe técnica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo.

**BANDIDOS DE FARDA**

# Júri de PMs ligados à morte de Gritzbach começa 2ª-feira

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Três policiais militares acusados de participarem do assassinato do empresário e delator Vinicius Gritzbach serão julgados por um júri popular a partir desta segunda-feira.

O júri será realizado no Fórum Criminal de Guarulhos, na Grande São Paulo, e a previsão inicial é de que o julgamento dure em torno de cinco dias.

Serão julgados o tenente Fernando Genauro da Silva, o cabo Denis Antônio Martins e o soldado Ruan Silva Rodrigues, que estão presos.

Além do envolvimento na execução de Gritzbach, eles também são acusados pela morte do motorista de aplicativo Celso Novais, que passava pelo local no momento dos tiros, e pelo ferimento de duas pessoas, atingidas por estilhaços dos disparos. A execução do empresário ocorreu em 8 de novembro de 2024 no Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Gritzbach era réu por homicídio e acusado de envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro para a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Antes de ser assassinado, ele havia assinado uma delação premiada com o Ministério Público, entregando nomes de pessoas ligadas ao PCC e também acusando policiais de corrupção.

**JÚRI POPULAR**

O júri popular é um órgão especial da justiça, previsto na Constituição, com competência exclusiva para julgar crimes dolosos contra a vida. Nesse tipo de julgamento há a participação de sete jurados, que são selecionados entre a população em geral, e que vão decidir se os réus são inocentes ou culpados do crime.

O julgamento tem início com a seleção dos jurados. Depois começam a ser ouvidas as testemunhas que foram arroladas tanto pela defesa dos réus quanto pela acusação, formada pelo Ministério Público, que será re-

presentado pelos promotores Vania Caceres Stefanoni e Rodrigo Merli Antunes. Para o julgamento deverão ser ouvidas um total de 21 testemunhas.

Na etapa seguinte, os três réus serão interrogados. Em seguida ocorre a fase de debates, com a argumentação da acusação e da defesa e só então os sete jurados irão se reunir para decidir o destino dos três policiais: se eles serão condenados ou absolvidos pelos crimes.

**INQUÉRITO**

Em março do ano passado, a Polícia Civil concluiu a investigação sobre o assassinato de Gritzbach e indiciou seis pessoas pelo crime. Segundo a polícia, o crime foi motivado por vingança e também pelo fato de o delator ter mandado matar dois aliados de lideranças do grupo criminoso na região metropolitana de São Paulo. Na ocasião foram indiciados:

- Emílio Carlos Gongorra Castilho (o Cigarreira): líder do PCC e mandante do crime
- Diego dos Santos Amaral (o

Didi): líder do PCC e mandante do crime

- Kauê do Amaral Coelho: informante, monitorou o delator e avisou os executores
- Fernando Genauro: policial militar e executor do crime
- Denis Antonio Martins: policial militar e executor do crime
- Ruan Silva Rodrigues: policial militar e executor do crime

Os dois primeiros estão foragidos e enfrentam um processo separado. Por sua vez, o processo de Kauê do Amaral Coelho foi desmembrado e não será julgado nessa etapa.

Já os três policiais (Genauro, Martins e Rodrigues) estão presos no Presídio Militar Romão Gomes e são os que vão enfrentar o júri popular. O cabo Denis Martins e o soldado Ruan Rodrigues foram acusados pelo Ministério Público de usarem fuzis para matar Gritzbach. Já o tenente Fernando Genauro teria levado a dupla de carro até o local da execução e depois ajudado os criminosos a fugirem do local.

**COLETA DE ÓVULOS**

# Mãe de juíza morta diz que médico adiantou atestado de óbito

ADRIANA VICTORINO/AE

A mãe da juíza Mariana Francisco Ferreira, de 34 anos, que morreu após realizar uma coleta de óvulos em Mogi das Cruzes, afirmou à Polícia Civil que o médico responsável pelo procedimento realizado dois dias antes da morte da magistrada já havia providenciado o atestado de óbito quando comunicou o falecimento da paciente.

Em depoimento, a mãe de Mariana relatou que foi chamada ao Hospital e Maternidade Mogi Mater na manhã de 6 de maio e recebeu a notícia de que a filha havia sofrido duas paradas cardiorrespiratórias. Segundo ela, após informar a morte, o médico Maurício Ligabó, da Clínica In Vitro Reprodução Assistida, teria dito: "Já cuidei do atestado de óbito e não esperei o tempo certo, para adiantar as coisas".

A mãe também afirmou à polícia que estranhou a rapidez com que os procedimentos para liberação do corpo foram conduzidos. Segundo o relato, após comunicar o óbito, o médico se ofereceu para ajudá-la com questões burocráticas e disse que poderia agilizar os trâmites. "O que você precisa eu te ajudo, porque eu conheço muita gente em Mogi. Anota meu telefone particular. Eu posso agilizar tudo para você, pois conheço pessoas da funerária", disse o Ligabó, segundo depoimento da mãe da juíza.

Ela contou que chegou a procurar uma funerária para escolher um caixão, mas foi orientada a não prosseguir com o enterro antes da realização de exame necroscópico.

Como mostrou o *Estadão*, depois da família optar pela realização da autópsia, o último contato com Maurício ocorreu no hospital, quando ele compareceu para assinar documentos relacionados ao exame. Segundo a irmã de Mariana, advogada Luíza Ferreira, a mãe contou que, naquele momento, o profissional "não olhou nem na cara dela".

**DOIS DIAS APÓS COLETA**

No depoimento, a mãe afirmou que a filha deixou a clínica na manhã de 4 de maio reclamando de dores. Cerca de uma hora depois, ela começou a sentir dores nas costas e na região pélvica, vômitos, sensa-

ção de frio e um sangramento vaginal.

Segundo o depoimento, o médico informou que uma artéria havia se rompido durante a coleta dos óvulos e precisaria ser suturada para conter o sangramento. A mãe afirmou que ele tentou realizar o procedimento antes da chegada do anestesista e que a sutura só foi concluída após a sedação de Mariana. Depois disso, a paciente teve sangue coletado mais de uma vez. Ainda segundo o relato, uma enfermeira estranhou a coloração amarelada do material e disse que avisaria o médico.

Ainda de acordo com o relato, Mariana foi levada ao Hospital Mogi Mater no mesmo dia. Como a clínica não disponibilizou uma ambulância para o atendimento, Mariana foi levada pela própria mãe, acompanhada por uma enfermeira da clínica. No hospital, exames apontaram complicações que incluíam problemas renais.

**MÃE ACOMPANHOU**

A mãe da magistrada também descreveu episódios ocorridos durante a internação. Segundo ela, na noite de 4 de maio, presenciou dois profissionais de enfermagem rindo enquanto a filha reclamava de dores intensas. Ela afirmou à polícia que os funcionários faziam pouco caso das queixas da paciente.

Apesar disso, ela afirmou que uma das médicas responsáveis pelo atendimento demonstrava preocupação com a gravidade do caso e acompanhava de perto a evolução do quadro clínico de Mariana.

Como mostrou o *Estadão*, duas médicas que atenderam a juíza no hospital informaram em depoimento à Polícia Civil que alertaram inúmeras vezes sobre a necessidade de uma cirurgia de emergência para salvar a vida da magistrada.

Nos dias seguintes, segundo a mãe, Mariana passou a apresentar palidez, lábios arroxeados, dores persistentes e agravamento do quadro clínico. Durante todo o período de internação no hospital, Mariana apresentou piora no quadro, mas Ligabó negou várias vezes que ela precisasse passar por cirurgia.

Ela morreu na manhã de 6 de maio, após sofrer duas paradas cardíacas e ter dois órgãos retirados durante cirurgia. O proce-

dimento foi autorizado por Ligabó somente cerca 28 horas após a entrada dela no hospital.

Em depoimento à Polícia Civil, um terceiro médico intensivista que atendeu Mariana contou que a autorização para a realização da cirurgia ocorreu somente após a comprovação da presença de sangue na cavidade abdominal por parte da equipe médica do hospital.

O IML concluiu que a causa da morte de Mariana permanece indeterminada e depende de exames complementares. A necropsia identificou hemorragia abdominal, coágulos e lesões na região pélvica, além de sinais de intervenções cirúrgicas realizadas após o agravamento do quadro. Segundo o documento, foi registrada a presença de cerca de 200 ml de líquido com sangue na cavidade abdominal da magistrada.

O exame apontou ainda necrose hemorrágica parcial no ovário direito e alterações em outros órgãos, mas os peritos afirmam que os achados não são suficientes para definir o que provocou a morte.

De acordo com os relatos à polícia, duas intensivistas que atenderam Mariana apontaram presença de "líquido livre na cavidade uterina". Ligabó havia afirmado que a quantidade de líquido não era sangue, mas sim um resultado do "hiperestímulo causado pelas medicações ovulatórias". "Mas essa condição é resolutive e espontânea", disse o ginecologista responsável pela coleta.

A juíza encarava a maternidade como um projeto de vida e sonhavam em gerar. "Ela estava bem ansiosa. Era um sonho bem grande ser mãe", contou a irmã.

**OS ENVOLVIDOS**

A defesa da família de Mariana afirmou que "confia plenamente no trabalho da Polícia Civil de Mogi das Cruzes e espera que todos, que agiram em menor ou maior proporção em ações ou omissões que levaram a morte da juíza, sejam indiciados, processados e condenados pela justiça".

A defesa de Maurício Ligabó afirmou "é equivocada a informação de que o atestado de óbito já estava pronto e entregue por ele à mãe. O atestado de óbito foi elaborado por uma junta médica: ele, uma intensivista e até uma advogada do hospital

estava, como se faz em todo atestado de óbito".

"É importante destacar que neste momento tudo é muito especulativo e, portanto, é imprudente sair decretando hipóteses e sair procurando algum culpado como bode expiatório, sobretudo sem o laudo do IML, que irá esclarecer muitos pontos ainda em aberto. É precisamente nesses momentos de afobação e busca frenética por um culpado que é preciso impor mais cautela, até para evitar que a verdadeira causa da morte da Mariana não seja apurada em razão de especulações superficiais que colocam hipóteses vazias como fatos certos."

"Com relação à constatação do IML e o quadro defendido por Maurício, cumpre registrar que a hiperestimulação ovariana era a afirmação dele bem inicial, no início da intercorrência. Com o decorrer da evolução do quadro ele foi em conjunto com os médicos na UTI formando uma avaliação mais profunda e inclusive recomendando a cirurgia."

"É importante reafirmar que ele sempre esteve no hospital justamente para permanecer apurando o quadro dela em auxílio aos médicos do hospital, que nitidamente não estavam dando conta da situação e a todo tempo solicitavam o auxílio de Maurício, que inclusive levou um intensivista de fora do hospital para ajudar, o que reforça a deficiência do atendimento no hospital."

"Maurício prestará ainda muitas informações em seu interrogatório que colaborará para o desfecho correto e preciso sobre a causa da morte de Mariana, que é o que ele mais quer hoje", concluiu.

O Hospital e Maternidade Mogi-Mater disse que a paciente deu entrada apresentando um quadro de hemorragia aguda. "Diante da gravidade do caso, ela foi prontamente atendida pela equipe do pronto-socorro e encaminhada imediatamente para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI)", informou o hospital.

Conforme a rede hospitalar, desde a admissão, todas as medidas médicas e assistenciais cabíveis foram adotadas de forma incansável pelas equipes multiprofissionais, com o objetivo de estabilizar o quadro clínico da paciente.

**MONOTRILHO**

# Nova estação até Congonhas ficará pronta no fim do mês

MALU MÔES/AE

O monotrilho da Linha 17-Ouro, que liga o metrô ao Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, vai inaugurar mais uma estação. A unidade Washington Luís começa a funcionar até o fim de junho, segundo apurou o *Estadão*.

O transporte, porém, vai continuar funcionando apenas das 10h às 15h de segunda a sexta-feira. Por enquanto, o monotrilho não abre aos fins de semana. A linha foi entregue no fim de março e só deve iniciar a operação plena em outubro.

A estação fica entre as avenidas Jornalista Roberto Marinho e Washington Luís. Ela já

estava pronta em março, mas o Metrô, responsável pela construção e administração inicial da linha, preferiu não colocar a unidade em operação no primeiro momento. Isso porque ela será a primeira em formato Y no Estado - já que ora o trem irá para Congonhas, ora para Washington Luís.

Por causa disso, os passageiros precisarão prestar atenção às telas e aos avisos sonoros para chegar ao destino correto. "Por exemplo, a cada dois trens para o aeroporto, um vai para a Washington Luís. Vamos controlar isso de acordo com a demanda de passageiros", afirmou o diretor de Engenharia e Planejamento do Metrô, Roberto Torres Rodrigues.

## EXAME NACIONAL

# Enamed será requisito para exercício da medicina no País

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Os estudantes que se formarem em medicina somente vão poder realizar sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM) se tiverem rendimento suficiente no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed).

O registro no conselho é necessário para o exercício legal da profissão de médico no Brasil.

A proficiência no Enamed como requisito para exercer a profissão consta na medida provisória (MP) assinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cidade de Divinópolis, em Minas Gerais, nesta sexta-feira.

## VALIDADE

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a medida provisória (MP) entra em vigor imediatamente, mas a exigência de proficiência na prova para o exercício profissional valerá apenas para quem ingressar na graduação de medicina a partir da data de publicação da norma no Diário Oficial da União.

O presidente do Inep, Manuel Palacios, explica que tornar o Enamed uma política de avaliação e análise de competências de estudantes de medicina referência representa um instrumento para monitorar a formação médica ofertada por instituições públicas e privadas de educação superior, porque é necessário o controle mais rigoroso do padrão de ensino.

“Haverá um controle mais preciso da qualidade da formação oferecida pelas instituições, o que também ajuda o próprio estudante a escolher em que instituição vai se inscrever, onde vai se formar. Assim como, a medida provisória de hoje assegura à população serviços médicos de qualidade, praticados por um profissional que passou por um exame de proficiência.”

## ENAMED

A MP cria a política integrada para formação médica no país e também estabelece que o Enamed será aplicado, obrigatoriamente, a cada seis meses pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a todos os estudantes concluintes de cursos de medicina no Brasil. O graduado que não obtiver avaliação satisfatória no Enamed poderá refazer-la em edições semestrais seguintes.

O Inep prevê que as provas serão realizadas de forma descentralizada em todos os municípios que oferecem cursos de graduação em medicina. Entre os objetivos, o novo formato permitirá a comparação de resultados entre as edições.

## ENAMED E REVALIDA

A normativa editada pelo presidente da República também oficializa o alinhamento entre formação médica nacional e internacional. Pela política, o Enamed substituirá integralmente a primeira fase (teórica) do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).

Dessa forma, médicos formados fora do país e os graduados no Brasil serão submetidos exatamente ao mesmo exame. A mudança não abrange a segun-



RICARDO STUCKERT/PR

da etapa do Revalida, composta por exames práticos em estações clínicas que simulam atendimentos reais.

O secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Felipe Proença, em entrevista à imprensa, destacou que a avaliação de estudantes de medicina poderia estar sendo realizada desde 2015, como prevista no programa Mais Médicos, mas não houve continuidade em outras gestões federais.

O representante do Ministério da Saúde indica que o Enamed representa a possibilidade de alinhamento da graduação em medicina às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e da população.

“No ano passado, voltamos a ter um exame específico dos estudantes de medicina e pelas matrizes de elaboração dessas provas, que são feitas por uma comissão de especialistas. É possível utilizar o Enamed enquanto a prova teórica, que é a chamada a primeira etapa do Revalida.”

O Inep, responsável pela realização das duas provas, esclarece que os médicos formados no exterior que já tiveram o diploma revalidado em data anterior à de entrada em vigor da normativa estão dispensados de fazer o Enamed.

## AVALIAÇÃO

Outra novidade da nova medida provisória é que a avaliação do Enamed será, obrigatoriamente, aplicada no fim do 4º ano do curso de medicina.

A etapa terá caráter diagnóstico e formativo, voltada para identificar deficiências de aprendizagem dos estudantes de medicina. A secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Marta Abramo, ressaltou que o Enamed aplicado aos estudantes do quarto ano é útil tanto para as instituições de ensino reavaliarem a sua proposta pedagógica quanto para regulação pelo poder público.

“As instituições de ensino podem reavaliar sua atuação pedagógica para melhorar a formação desse estudante para que este chegue ao final do curso com as condições de exercício da profissão e para que seja aprovado no exame de proficiência, mas também vai trazer para o MEC insumos importantes para monitorarmos a qualidade desses cursos e poder agir

quando necessário”, disse a secretária Abramo.

## CURSOS

A edição de 2025 do Enamed registrou que 99 cursos (32%) obtiveram conceito Enade nas faixas 1 e 2 — menos de 60% dos seus estudantes apresentaram desempenho considerado adequado ao exame. Estes cursos passaram por ações de supervisão e sanções, anunciadas em março deste ano, como a suspensão de novos ingressos.

Os resultados do Enamed divulgados em janeiro deste ano mostraram que 85% dos cursos municipais foram considerados insatisfatórios.

Entre os 944 estudantes de instituições de educação superior municipais participantes no exame de 2025, apenas 49,7% tiveram conceito proficiente.

Com a nova medida provisória, os órgãos de regulação estaduais e do Distrito Federal, que controlam tanto os cursos estaduais quanto os municipais, deverão também tomar medidas de supervisão, a partir dos resultados insatisfatórios do Enamed.

A secretária da MEC, Marta Abramo comemora a medida. “Sem a medida provisória, até hoje, não tínhamos a possibilidade de atuação [federal] sobre esses cursos. Isso vai garantir também que o estudante que ingresse seja em um curso privado, público, estadual, federal ou municipal, tenha a garantia de que o Estado vai estar atuando para melhoria desse curso”.

## RESIDÊNCIAS MÉDICAS

Desde a primeira edição, em 2025, o Enamed possibilita que os resultados obtidos pelos participantes do exame possam ser usados para ingressar em programas de residência médica de especialidades de acesso direto. Isto porque a prova do Enamed equivale à parte teórica do Exame Nacional de Residência (Enare).

Com a MP, os resultados do Enamed poderão oficialmente ser usados para esta finalidade, a de acesso à residência médica.

O texto da MP ainda cria o Sistema Nacional de Avaliação das Residências (Sinare) para avaliação da qualidade dos programas de residência médica e da formação dos profissionais residentes.

Para operar a nova política de maneira democrática, a MP prevê a criação de uma comissão consultiva de acompanhamento do Enamed, com representantes

do MEC, do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina (CFM), da Associação Médica Brasileira e de entidades da sociedade civil.

## PARA VIRAR LEI

O secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Felipe Proença, demonstrou otimismo quanto à tramitação da nova medida provisória (MP) do Enamed no Congresso Nacional para virar lei federal.

O secretário citou que a proposta do governo reflete o desejo da população e as demandas históricas das próprias entidades médicas e destacou que uma pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) demonstrou que 88% dos 2.017 entrevistados em fevereiro deste ano entendem que o Enamed deve obrigatório para que o graduado exerça a medicina.

“Quem é atendido por um médico quer saber se esse profissional teve qualidade na formação. Ao mesmo tempo, esta é uma demanda das entidades médicas que pleiteiam que haja um exame de proficiência.”

A expectativa do governo é que o debate legislativo sirva para aperfeiçoar o dispositivo. Para ilustrar a qualificação do debate de uma política pública de saúde pelo Congresso, Proença resgatou a apreciação do programa Mais Médicos do Ministério da Saúde pelo parlamento, para melhor o atendimento aos usuários do SUS.

“A medida provisória [da época] foi modificada, foi muito melhorada ao longo da tramitação no Congresso. Temos essa mesma expectativa de responder ao clamor da sociedade e também que a medida provisória possa ser aperfeiçoada para que seja convertida em lei.”

O Conselho Federal de Medicina disse à Agência Brasil que ainda não teve acesso ao teor da medida provisória para comentar sobre a criação da política integrada para formação médica no país nem sobre a representação do colegiado na comissão consultiva de acompanhamento do Enamed.

## INSCRIÇÕES ABERTAS

A edição de 2026 do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2026 está com inscrições abertas até 29 de junho, exclusivamente pelo Sistema Enamed.

## DOENÇA DAS BETS

## Alta demanda faz SUS ampliar teleatendimento a jogadores compulsivos

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O Ministério da Saúde pretende ampliar, ainda este ano, os atendimentos por telefone e por videochamadas para pessoas com problemas relacionados à dependência em jogos de apostas.

Conforme a Agência Brasil apurou, a atual estratégia de teleatendimento será reforçada por meio da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS), encarregada de contratar empresas especializadas e, assim, ampliar a assistência gratuita a jogadores compulsivos.

O serviço com foco em jogo de apostas foi inaugurado em março deste ano, em parceria com o Hospital Sírio-Libanês. Após três meses, a iniciativa já tem 6.912 usuários cadastrados.

A ampliação do teleatendimento exigirá cerca de R\$ 70 milhões em investimentos até o fim deste ano e integra o plano de ações de prevenção, qualificação profissional e ampliação do acesso populacional aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) que o ministério implementou este ano, para incrementar a assistência a pessoas com problemas relacionados a jogos de apostas.

A pasta também vai aplicar R\$ 6 milhões para custear a realização de uma pesquisa nacional inédita para entender como os jogos e apostas afetam a saúde dos brasileiros. O objetivo é descobrir quem são os grupos mais prejudicados e quais são os principais riscos da prática.

Com as informações, o governo terá melhores condições de implementar ações e políticas públicas de atendimento e prevenção no SUS.

## RECURSOS

Parte dos recursos necessários para a execução do plano virá dos R\$ 45,7 milhões (em valores não corrigidos) que a pasta recebeu em 2025, a título de destinação social das bets.

O total repassado ao Ministério da Saúde no ano passado corresponde a 1% do Produto da Arrecadação de tributos pagos pelas empresas de apostas e por apostadores.

Em 2025, o Produto da Arrecadação total chegou a R\$ 4,5 bilhões e foi dividido entre áreas como saúde (1%), educação (10%), turismo (28%), esportes (36%), segurança pública (13,6%), seguridade social (10%) e outras destinações (1,4%), conforme os percentuais estabelecidos na Lei nº 14.790, de 2023.

Pela legislação, todo o dinheiro do Produto da Arrecadação repassado ao Ministério da Saúde deve ser gasto com medidas de prevenção, controle e mitigação de danos sociais advindos da prática de jogos.

Questionado pela reportagem da Agência Brasil se os R\$ 45,7 milhões cobrem os gastos adicionais do SUS com o aumento da demanda por atendimentos a pessoas com problemas com jogos, o ministério respondeu não conseguir mensurar o custo dos atendimentos específicos, já que estes são prestados junto a outros serviços de média e alta complexidade da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) que, só em 2025, custaram aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Mesmo assim, o ministério assegurou que “a destinação social representa uma fonte relevante de financiamento, complementada com recursos do

orçamento próprio da pasta”.

## COMO ACESSAR

Atualmente, para acessar o serviço de teleatendimento em saúde mental do SUS, o interessado deve se cadastrar por meio do aplicativo Meu SUS Digital. Depois, para usar o serviço, é preciso baixar o aplicativo, disponível gratuitamente nas lojas Android, iOS ou na versão web, e criar uma conta Gov.br ou usar a já cadastrada.

O Meu SUS Digital também oferece conteúdos informativos sobre sinais de alerta, prevenção e impacto dos jogos na saúde mental.

A plataforma disponibiliza um autoteste validado por especialistas. Se, ao responder o questionário, o usuário alcançar um resultado indicativo de risco moderado ou elevado, será automaticamente encaminhado para o teleatendimento.

Em casos de menor risco, a pessoa será orientada a procurar apoio qualificado em Centros de Atenção Psicossocial (Caps) ou em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A Ouvidoria do SUS também está treinada e preparada para orientações sobre o tema. Os profissionais atendem pelo telefone 136, por teleatendimento, via formulário, WhatsApp ou chatbot no site do Ministério da Saúde. Todas as informações seguem as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

## CARTILHA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece os problemas com jogos de apostas como um comportamento potencialmente prejudicial à saúde mental, com associação direta à ansiedade, à depressão, a outros comportamentos compulsivos e ao risco aumentado de suicídio e autolesões.

No Brasil, o número de atendimentos pelo SUS de casos de jogo patológico e de mania de jogo e aposta aumentou 104% entre janeiro de 2018 e maio de 2025.

Do total de 10.553 ocorrências atendidas no período, 4.316 foram ambulatoriais e 6.237 na Atenção Primária à Saúde, com alta prevalência entre homens e pessoas entre 20 e 49 anos — ainda que o crescimento do número de casos envolvendo jovens chame a atenção de especialistas.

O problema já suscitou uma série de iniciativas públicas. Em dezembro de 2025, por exemplo, o governo federal lançou a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, ferramenta que permite aos interessados bloquear o próprio acesso a todos os sites de apostas autorizados a funcionar no país.

Até o fim de maio, mais de meio milhão de pessoas já tinham recorrido à ferramenta.

Em janeiro deste ano, o Ministério da Saúde disponibilizou o Guia de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas, com o objetivo de orientar o acolhimento, o acompanhamento e o tratamento de pessoas afetadas por jogos e apostas. O material pode ser acessado no site do ministério.

Nesta sexta-feira, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto (nº 13.033) que visa a reforçar o combate ao mercado ilegal de apostas. Entre outras medidas, o decreto estabelece que o dinheiro confiscado de bets ilegais poderá ser utilizado no combate ao crime organizado.

## Nota

### MILÍCIA QUE MOVIMENTOU R\$ 25 MILHÕES NO RIO É ALVO DE OPERAÇÃO

A Polícia Civil do Rio de Janeiro faz, nesta sexta-feira, uma operação para combater uma milícia acusada de movimentar R\$ 25 milhões na capital fluminense. O grupo paramilitar atua na região do Catiri, em Bangu, na zona oeste da capital fluminense.

A ação, segundo o Governo do Rio, tem como objetivo “enfraquecer a estrutura financeira do grupo, que é investigado por extorsão, lavagem de dinheiro e exploração ilegal de moradores, comerciantes e empresas”. As equipes cumprem 50 mandados de busca e apreensão na capital, na Baixada Fluminense e no interior do Estado.

A pedido da polícia, a Justiça autorizou o bloqueio de contas bancárias, bens e valores ligados aos investigados, que somam R\$ 25 milhões. A operação é coordenada pela Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais (Draco) e conta com o apoio do Departamento-Geral de Polícia Especializada (DGPE), do Departamento-Geral de Polícia da Capital (DGPC), do Departamento-Geral de Polícia da Baixada (DGPB) e da Corregedoria da Polícia Militar. As investigações começaram após denúncias de cobranças ilegais feitas a uma empresa responsável por obras públicas de infraestrutura e saneamento na região. Segundo a Polícia Civil, os criminosos exigiam pagamentos para permitir a continuidade dos serviços e a permanência dos trabalhadores no local.

Diário do  
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

## Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist  
Arcebispo do Rio de Janeiro

### Natividade de São João Batista

**C**elebramos no dia 24 de junho a festa da Natividade de São João Batista, o ponto alto desse mês especial para a Igreja e para todos nós, marcado pelas festas juninas em nossas paróquias e comunidades e pela celebração de outros santos importantes: Santo Antônio (13) e São Pedro e São Paulo (29).

São João Batista é tão importante na história da salvação e para todos nós que é o único santo, além da Virgem Maria e de Jesus, que celebramos o nascimento e a morte. Nesse dia 24 de junho celebramos o seu nascimento, e em 29 de agosto, o martírio. Além disso, do mesmo modo que celebramos a vigília e o dia do nascimento de Jesus no Natal, com João Batista também celebramos a vigília, na noite do dia 23, e o seu nascimento, no dia 24.

João Batista é muito festejado e bastante celebrado com carinho aqui no Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, com a bênção da fogueira de São João na noite do dia 23 e os festejos que duram quase a noite toda. Por isso, somos convidados a celebrar e participar da Missa da Natividade e do dia de São João Batista. Apesar de ser em uma terça-feira e em uma quarta-feira, façamos o esforço para ir à Santa Missa após o trabalho e participar da bênção da fogueira e da quermesse nesses dois dias.

Em algumas regiões do Norte e Nordeste é feriado municipal ou estadual nesse dia de São João Batista, para que, de fato, as pessoas possam participar dos festejos e celebrar com alegria São João. A festa de São João Batista ocorre seis meses antes do Natal. A partir da festa de São João chegamos, de fato, ao meio do ano e, dentro de seis meses, celebraremos a Natividade de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Como bem sabemos, João Batista é primo de Jesus e nasceu seis meses antes de Nosso Senhor. Se lembrarmos a história da salvação que está na Bíblia, após o anúncio do anjo Gabriel a Nossa Senhora, Ela vai visitar a sua prima Isabel e fica seis meses com ela, e Isabel já estava grávida de três meses.

Era necessário que João Batista recebesse desde o ventre essa força do Espírito Santo, pois Ele é o precursor, ou seja, aquele que veio para preparar o caminho do Senhor. Essa foi a primeira missão de Nossa Senhora. João Batista "fecha" o Antigo Testamento e "abre" o Novo Testamento. Ele batizava com água e depois Jesus batizaria com a água e o Espírito Santo. João Batista pregava um batismo de conversão, preparando o povo para a chegada do Messias.

Ele vivia no deserto, comia do que a natureza lhe oferecia, abandonou tudo para seguir o Senhor. O Senhor vem do deserto, das montanhas, do lugar da escuridão para iluminar as nossas vidas. João tirava as pessoas desse deserto e dessa escuridão e as encaminhava para a luz. João Batista ainda dizia que ele não era o Messias, pois algumas pessoas começaram a achar que ele era. Dizia, ainda, que não era digno nem de desamarrar a correia de suas sandálias.

Com certeza João Batista foi um grande profeta que cumpriu a sua missão em nome do Senhor e que fecha o Antigo Testamento e inaugura o Novo. João denunciava as injustiças e anunciava a justiça; essa é a missão do profeta. Inclusive, foi morto por isso, por denunciar as injustiças e anunciar as verdades que vêm do Senhor. É o que acontece com todos os profetas.

Não podemos confundir São João Batista com João Apóstolo e Evangelista. Ambos têm certa diferença de tempo, e João Apóstolo e Evangelista morre de morte natural e não martirizado. A festa de São João Apóstolo e Evangelista é celebrada em 27 de dezembro, após o Natal. É o discípulo amado, um dos mais jovens do grupo dos doze escolhidos por Nosso Senhor.

O significado do nome João é: "presente de Deus". De fato, ele foi um presente para Isabel e Zacarias que, já de idade avançada e considerados estéreis, conceberam, por um milagre de Deus, João Batista. Ele foi um presente de Deus para Israel também, pois preparou o povo para a chegada do Messias. Lembremos também, no dia de São João Batista, de todos aqueles que trazem João em seu nome, para que, de fato, sejam um presente de Deus na vida dos outros.

Para Jesus, João Batista é o maior de todos os profetas do Antigo Testamento. Inclusive, até dizia: "Dentre todos os profetas ninguém é maior do que João Batista". Conforme já mencionamos, ele faz o elo entre o Antigo e o Novo Testamento. Jesus diz isso não porque João era seu parente, mas porque sabia da missão do Batista e de tudo aquilo que ele realizou. João viu e batizou Jesus, cuja vinda foi esperada durante todo o Antigo Testamento. Jesus sabia e conhecia tudo aquilo que João fazia e desejava ser batizado por João, mesmo cumprindo, assim, um mandato divino.

Jesus inicia a sua pregação em um ambiente pré-aquecido pela pregação de João Batista. João preparou todo o povo para acolher o Messias que chegaria. Cada um de nós, nos dias de hoje, pode ser como São João Batista e anunciar Jesus Cristo onde estivermos: na escola, na comunidade, no trabalho e no bairro. O mundo de hoje precisa muito de pessoas como João Batista, corajosas para anunciar a verdade e denunciar as injustiças, para que as pessoas possam ter mais paz e amor no coração.

Celebremos com alegria a Natividade de João Batista neste dia 24 de junho. Que, a exemplo dele, possamos ser profetas nos dias de hoje, imbuídos pela força do Espírito Santo que recebemos no Batismo.

Celebremos a festa de São João Batista, já nos preparando para, daqui a seis meses, celebrarmos o Natal do Senhor. Que, a exemplo de João Batista, sejamos os precursores da vinda de Cristo.

## REDES SOCIAIS

# MPT pede resolução do CNJ sobre influenciadores mirins

GUILHERME MATOS/AE

**O** Ministério Público do Trabalho (MPT) recomendou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que a resolução sobre influenciadores mirins restrinja a concessão de alvarás judiciais a atividades artísticas e exclua a possibilidade de produção de peças publicitárias.

A nota técnica é uma resposta à minuta apresentada pelo CNJ em 9 de junho. O texto exige alvará judicial para que menores participem de atividades artísticas

ou publicitárias - em plataformas digitais. O documento prevê ainda a criação do Banco Nacional de Alvarás para a Participação de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital (BNAD), mecanismo para rastrear autorizações e orientar políticas públicas.

Para o MPT, a produção de conteúdos, a monetização de perfis e a captação de patrocínios são um trabalho. "Ainda que realizadas em plataformas digitais ou sob a denominação de influenciador mirim", diz a nota técnica. Para o órgão, as práticas configuram prestação

de serviços e estão sujeitas às normas de proteção ao trabalho infantil.

"Não se pode admitir que a transformação tecnológica produza espaços imunes à incidência dos direitos fundamentais ou à fiscalização estatal. O ambiente digital não constitui zona livre de proteção jurídica (...) as normas de proteção ao trabalho infantil devem ser observados com igual ou maior rigor", afirma a nota.

De acordo com o MPT, a atividade artística é o exercício de performance ou criação de na-

tureza cultural, estética ou técnica com objetivo de exibição ou difusão pública. Diferente dos objetivos das produções publicitárias, que pretendem monetizar e captar patrocínios.

O órgão aponta ainda que a ocupação de influenciador digital já está reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações sob código próprio — distinto das categorias que agrupam artistas visuais, atores e músicos. O simples uso de recursos criativos ou audiovisuais, diz a nota, não converte uma atividade econômica em atividade artística.

## TECNOLOGIA

# Fachin defende responsabilização das plataformas digitais

GUILHERME MATOS/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin (foto), defendeu nesta sexta-feira, que é "fundamental exigir responsabilidade das plataformas digitais" diante dos impactos da inteligência artificial e dos avanços tecnológicos no debate público.

A declaração foi feita durante o evento Justiça do Amanhã, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, segundo o jornal O Globo.

A fala de Fachin ocorre dois dias após o STF aprovar, por unanimidade, tese que amplia a responsabilização das big techs por conteúdos criminosos publicados por usuários. Pela nova regra, as plataformas podem ser responsabilizadas se não removerem postagens com conteúdo ilícito após notificação. Assim, ficou descartada a necessidade de ordem judicial, como exigia o regime anterior, baseado no artigo 19 do Marco Civil da Internet.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

No evento, o presidente do STF afirmou que "a velocidade de circulação da informação frequentemente supera a velocidade da reflexão", fazendo com

que questões complexas sejam simplificadas.

Para Fachin, o desafio central é proteger simultaneamente a liberdade de expressão e a inte-

gridade do debate público. "A tarefa desafiadora consiste em proteger a ambos sem sacrificar um em nome do outro", afirmou.

## STF

# Moraes autoriza que Bolsonaro preste depoimento sobre arma apreendida

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou nesta sexta-feira, que Jair Bolsonaro preste depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal sobre a apreensão de uma arma.

No último dia 16, houve registro de ocorrência sobre a apreensão de uma arma nove

milímetros que pertence ao ex-presidente, atualmente em prisão domiciliar. Foi aberto um inquérito para apurar o fato. A arma estava em poder de um dos seguranças de Bolsonaro que fora parado numa blitz policial.

A polícia solicitou a Moraes permissão para interrogar Bolsonaro na próxima quarta-feira, 24, por videoconferência. O mi-

nistro, contudo, determinou que o depoimento seja colhido presencialmente na terça-feira, 23, às 15h na casa onde o ex-presidente cumpre pena.

Ele está em uma casa em um condomínio do bairro Jardim Botânico, em Brasília.

O ministro pediu ainda que os advogados apontem um profissional de saúde que acompanhará Bolsonaro durante o

cumprimento da pena. A defesa havia escolhido Eduardo Torres, irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Moraes rejeitou e afirmou que Torres não detém qualificação para acompanhar o quadro de saúde do ex-presidente, que sofre com soluços e outras complicações em decorrência da facada de que foi vítima em 2018, durante campanha eleitoral.

## SÃO PAULO

# Cacique Raoni é transferido para hospital da Unifesp

O cacique Raoni Metuktire, de 94 anos, foi transferido na manhã desta sexta-feira, do Hospital e Maternidade Dois Pinheiros, em Sinop (MT), para o Hospital São Paulo, da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na zona sul da capital paulista, onde dará continuidade ao tratamento médico.

A decisão foi tomada pela equipe médica após melhora do quadro clínico do líder indígena. O governo do Mato Grosso disponibilizou uma aeronave

para realizar a transferência.

Além de um médico intensivista e um enfermeiro, Raoni foi acompanhado por dois membros de sua família durante a viagem aérea. Ao longo do trajeto, ele permaneceu lúcido e orientado.

O processo de transferência também contou com a participação do Dr. Douglas Antônio Rodrigues, médico do Ambulatório de Saúde dos Povos Indígenas da Unifesp e responsável pelo acompanhamento da saúde do cacique Raoni há décadas.

Em São Paulo, o atendimento será conduzido pelo médico Franz Robert Apodaca Torres, da Escola Paulista de Medicina da Unifesp, que já colaborava com a equipe responsável pelo monitoramento do estado de saúde do líder indígena. Apesar da melhora, ainda não há previsão de alta hospitalar.

## QUADRO CLÍNICO GRAVE

O líder indígena deu entrada no hospital em Sinop, Mato Grosso, na tarde do último domingo, 14, após ser transferido

de avião da região de Peixoto de Azevedo, onde mora.

Ele apresentou episódios de vômito e tosse ainda no sábado, 13, mas o quadro se agravou no domingo, com "três novos episódios de vômito, associados a uma tosse persistente, dor abdominal e expectoração com pequena quantidade de sangue", segundo informou o hospital.

O boletim inicial classificou o estado de saúde como grave, exigindo monitoramento ininterrupto da equipe médica e internação na UTI.

Na última quarta-feira, a equipe médica informou que o cacique Raoni apresentou melhora significativa em seu estado de saúde e passou por uma endoscopia para auxiliar na investigação diagnóstica. O procedimento ocorreu sem complicações.

## MAIO

# IPM-H aponta alta de preços de medicamentos para hospitais

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

Os preços dos medicamentos negociados entre fornecedores e hospitais brasileiros registraram alta média de 0,12% em maio de 2026, segundo dados do Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais (IPM-H), desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em parceria com a Bionexo Tasy.

Trata-se da segunda alta mensal seguida dos preços após o avanço de 0,78 registrado em abril, mês marcado pela entrada em vigor dos reajustes anuais autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

Apesar do resultado positivo pelo segundo mês consecutivo,

o comportamento dos preços segue indicando um cenário de acomodação no mercado hospitalar. Ainda assim os preços dos medicamentos para hospitais acumulam queda de 0,15% em 2026 e de 5,10% no acumulado dos últimos 12 meses.

"O resultado de maio reforça que o mercado hospitalar continua operando sob uma dinâmica distinta daquela observada no varejo farmacêutico. Embora tenhamos registrado a segunda alta mensal consecutiva, os preços dos medicamentos negociados entre hospitais e fornecedores ainda acumulam queda no ano e nos últimos 12 meses. Isso demonstra que fatores como negociações de longo prazo, gestão de compras orientada por dados e maior eficiência operacional seguem contribuindo pa-

ra um ambiente de maior estabilidade nos custos hospitalares", afirma Herbert Cepêra, diretor de Estratégia e Inteligência de Mercado da Bionexo Tasy.

O pesquisador Bruno Oliva, da Fipe, diz que a alta de 0,12% em maio reforça uma leitura de avanço modesto dos preços de medicamentos para hospitais, sobretudo quando observada em conjunto com o resultado de abril e com o histórico do próprio mês na série do índice.

"Mesmo após a entrada em vigor dos reajustes autorizados pela CMED, o índice segue acumulando queda no ano e nos últimos 12 meses, indicando um cenário de acomodação dos preços negociados entre hospitais e fornecedores", afirma o economista e pesquisador da Fipe.

Com respeito a outros indicadores de referência, a inflação oficial de maio, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou incremento de 0,58% nos preços ao consumidor, enquanto o grupo Saúde e Cuidados Pessoais avançou 0,90% no período. Já o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou variação de 0,84% no último mês.

Adicionalmente, informações do Banco Central mostraram queda mensal de 0,98% na taxa média de câmbio. A apreciação da moeda brasileira se estendeu ao balanço parcial de 2026 (-8,61%) e aos últimos 12 meses (-12,06%).

## MINAS GERAIS

## Lula inaugura hospital universitário em Divinópolis

GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta sexta-feira, que "o papel do governante não é parar diante do problema, é desafiar e encontrar solução".

O presidente participou da inauguração do hospital universitário em Divinópolis, no campus da Universidade Federal de São João del-Rei, em Minas Gerais. Foi um discurso de cerca de 24 minutos, mas sem grandes destaques em conteúdo.

Lula fez um discurso baseado nos pontos que têm sido frequentes: defender o Prouni, os investimentos públicos em educação, o Agora Tem Especialistas, a aquisição de equipamentos de última geração para o SUS, programas como o Farmácia Popular, o Fies e o Pé de Meia, entre outros pontos. Também repetiu um gesto que fez durante a manhã, que foi cumprimentar uma criança e interagir com ela ao fim de

sua fala.

Em um determinado momento do discurso, Lula abraçou uma apoiadora presente. Ela disse que precisava de ajuda para adquirir sua casa própria e que vivia pagando aluguel. A fala pôde ser captada pelo microfone que o petista segurava. O presidente evitou fugir do script de sua fala e não deu uma resposta imediata, tentando responder a ela que discutiria o assunto depois.

A equipe do presidente tem optado por realizar eventos sem um palco formal. Os ambientes têm sido mais "informais", com uma proximidade maior entre os presentes e Lula. É uma forma de dar ao petista uma interação maior com as pessoas que participam desse tipo de cerimônia. Nesses atos, Lula costuma abraçar e tirar fotos com as pessoas presentes, conversar mais. Em alguns casos, até pede para que as pessoas da plateia segurarem seu copo de água, por exemplo.

## STJ

## PF prende terceirizado suspeito de oferecer acesso prévio a decisões

GUILHERME MATOS/AE

A Polícia Federal (PF) prendeu em flagrante na quinta-feira passada, um funcionário terceirizado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspeito de oferecer acesso prévio a decisões da corte. A prisão ocorreu em um shopping de Brasília. O investigado teria usado sua função para solicitar vantagem indevida a uma advogada.

O funcionário estava lotado no gabinete do ministro Paulo Sér-

gio Domingues. A operação foi deflagrada a partir de solicitação do próprio magistrado à Presidência do STJ, que acionou a PF. Segundo o tribunal, menos de 24 horas se passaram entre o conhecimento da suspeita pelos ministros e a concretização da prisão.

Em nota, o STJ informou que a operação visou apurar "potencial conduta ilícita" do terceirizado. O tribunal não divulgou o nome do funcionário nem quais decisões foram oferecidas.

A PF enquadrou o suspeito

pelo crime de corrupção passiva. Durante a ação, foram apreendidos objetos de interesse para a investigação.

O caso desta quinta-feira ocorre em meio a um escândalo de venda de decisões no STJ.

Em maio, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) denúncia formal decorrente da Operação Sisamnes.

A operação foi deflagrada em novembro de 2024 e investiga um esquema de corrupção no

segundo maior tribunal do país. Os denunciados respondem pelos crimes de corrupção, violação de sigilo e organização criminosa.

Os dois servidores do tribunal incluídos na denúncia da PGR trabalharam nos gabinetes das ministras Nancy Andrighi e Isabel Gallotti.

Não há confirmação, até o momento, de que a prisão desta quinta, no gabinete do ministro Domingues, tenha relação com a Operação Sisamnes.

## CONGRESSO

## Proposta que libera advocacia privada na AGU vai ao Senado

RAISA TOLEDO/AE

Uma proposta que permite a integrantes da Advocacia-Geral da União (AGU) atuarem fora do serviço público seguirá para análise do Senado após avanço na Câmara dos Deputados. O texto recebeu aval da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa na terça-feira passada.

A medida alcança advogados da União, procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional e do Banco Central, e prevê regras para que possam atuar fora do serviço público. Os titulares de carreiras jurídicas federais ficam impedidos de advogar contra a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas ou sociedades de economia mista. Além disso, a autorização não se aplica a quem ocupa cargos em comissão ou exerce funções de confiança.

O texto determina ainda que qualquer atividade de advocacia privada seja previamente comunicada à AGU, que deverá divulgar no portal do órgão lista pública de membros que atuam fora de suas atribuições institucionais.

A atuação no setor privado deverá seguir orientações da

Corregedoria-Geral da AGU e da Comissão de Ética da instituição. Os profissionais também continuarão sujeitos às regras de impedimento e incompatibilidade previstas no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como às disposições da Lei de Conflito de Interesses.

O projeto de lei 5.531/2016 foi enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo em 2016, durante o governo de Michel Temer (MDB). Ele tramitava em caráter conclusivo, em que é votado apenas pelas comissões designadas a menos que haja divergência entre os colegiados ou recurso para que seja levada ao plenário.

A proposta foi aprovada pela CCJ da Câmara em maio, mas aguardava o prazo para apresentação de recurso, o que não ocorreu. Anteriormente, também recebeu aval da então Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Na CCJ, o relator foi o deputado Felipe Francischini (Podemos-PR), que manteve a redação original e votou pela "constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa" do projeto.

## DECLARAÇÃO

## Cármem Lúcia: Judiciário deve buscar credibilidade, não popularidade

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia (foto) defendeu nesta sexta-feira que a reestruturação do Poder Judiciário deve focar na construção da confiança dos cidadãos na conduta dos magistrados, e não na busca por popularidade.

A declaração foi no encerramento do evento "A Justiça do Amanhã", no Rio de Janeiro, que debateu ética, transparência, eficiência e o futuro da Justiça brasileira.

Para a magistrada, que atua há duas décadas no STF, a credibilidade das decisões judiciais depende da garantia de que o juiz agiu com isenção e cumprimento rigoroso das leis.

"Precisamos estruturar um poder no qual a sociedade confie. Não quero que ela goste, porque é claro que quem perde uma causa não gosta da decisão, menos ainda de quem a proclamou", disse a ministra.

"O importante é que a pessoa saiba que eu agi de maneira correta de acordo com a lei e que o único compromisso foi cumprir o que eu jurei cumprir quando tomei posse há 20 anos no STF: a Constituição, as leis da República", completou.

## CÓDIGO DE ÉTICA

A busca pela confiança e pela transparência na atuação dos magistrados dialoga com o projeto de Código de Ética do qual Cármem Lúcia é relatora. A criação da norma foi estabelecida como prioridade pelo ministro Edson Fachin, que designou a ministra para a função no início deste ano.

A proposta, ainda em fase de



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

elaboração, deve estabelecer limites e deveres para evitar conflitos de interesse. São esperadas normas sobre a participação de ministros em eventos e palestras promovidos por empresas com processos no STF, além de disciplinar a atuação de parentes de magistrados em escritórios de advocacia que litigam no tribunal.

## ORIGEM DA PROPOSTA

O debate sobre a necessidade de um código normativo para o tribunal ganhou força em meio às investigações envolvendo o Banco Master e cita-

ções a integrantes do STF. O ministro Alexandre de Moraes rechaçou publicamente mantido contatos com o banqueiro Daniel Vorcaro, investigado na Operação Compliance Zero.

Paralelamente, o ministro Dias Toffoli retirou-se da relatoria do inquérito sobre fraudes na mesma instituição financeira. O afastamento ocorreu após relatórios policiais apontarem irregularidades em um fundo de investimento ligado ao banco, que adquiriu cotas de um empreendimento turístico do qual o magistrado é sócio.

## RESISTÊNCIAS NA CORTE

A aprovação do projeto ainda divide os ministros nos bastidores, segundo o ministro Edson Fachin. Discussões internas avaliam a conveniência política do momento para a votação das regras e a viabilidade prática de sua fiscalização.

Entre as divergências técnicas está a obrigatoriedade de divulgação prévia de compromissos acadêmicos e agendas de palestras dos ministros, o que gera preocupações sobre a segurança institucional dos magistrados, além das regras específicas de impedimento em julgamentos.

## PARABÁ

## TRE reverte condenação de sobrinho de Dilma em ação de Dallagnol

LEVY TELES/AE

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em decisão unânime, reverteu condenação em primeira instância e anulou multa de R\$ 5 mil anteriormente imposta ao vereador de Belo Horizonte Pedro Rousseff (PT), sobrinho-neto da ex-presidente Dilma Rousseff, em disputa judicial contra o ex-deputado federal Deltan Dallagnol (Novo-PR).

A ação foi movida após uma publicação nas redes sociais em que o vereador disse que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tinha acabado de confirmar a inelegibilidade de Deltan. "Ur-

gente. TSE acaba de confirmar inelegibilidade do safado Deltan Dallagnol. Grande Dia!", escreveu Rousseff. Além da multa, a decisão de primeira instância também havia proibido o vereador de fazer novas publicações - essa condenação também foi revertida. A relatora do caso, Adriana de Lourdes Simette, fundamentou o voto com base em decisão já proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"O Supremo Tribunal Federal assentou que a afirmação de que o ex-deputado estaria inelegível encontra amparo em pronunciamento do Tribunal Superior Eleitoral, no qual foi reconhecida inelegibilidade", disse.

**GUERRA**

# EUA e Líbano defendem cessar-fogo entre Hezbollah-Israel

THAIS PORSCH/AE

O secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, enfatizou ao presidente do Líbano, Joseph Aoun, que as negociações bilaterais com Israel representam o único caminho viável para o fim dos ciclos recorrentes de violência na região, informou nesta sexta-feira o porta-voz do departamento, Tommy Pigott.

Em conversa telefônica nesta sexta-feira, Rubio reiterou a necessidade de desarmar o Hezbollah e restabelecer o controle sobre todo o território libanês. Ambos também discutiram a necessidade de coordenar com aliados regionais para avançar nesses

objetivos, com os EUA defendendo um Estado libanês plenamente soberano e em paz com seus vizinhos.

A próxima rodada de negociações entre Israel e Líbano, com mediação dos EUA, está agendada para 23 a 25 de junho em Washington.

Do lado de Beirute, o governo frisou que o fim das agressões israelenses - por meio da realização de um cessar-fogo abrangente - é a base essencial para o avanço das negociações.

Para Aoun, o objetivo é "restaurar a segurança, a estabilidade, a soberania e a integridade territorial do Líbano", segundo nota divulgada pela presidência na rede X.

**NAVEGAÇÃO**

# Estreito de Ormuz tem maior número de travessias desde abril

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O Estreito de Ormuz registrou na quinta-feira passada, o maior repique diário em dois meses, com a travessia de 25 embarcações comerciais pela importante rota marítima, segundo dados compilados pela AXSMarine em postagem no X nesta sexta-feira. A movimentação ocorre após a assinatura de um memorando de entendimento entre EUA e Irã para encerrar a guerra.

O total de navios que cruzou Ormuz ontem é o maior em um único dia desde 18 de abril, quando houve uma breve janela de reabertura após o anúncio do Irã de que a passagem estava aberta ao tráfego comercial naquele momento.

"As 25 travessias totais também são mais de cinco vezes a média diária registrada nos primeiros dez dias de junho", destacou a AXSMarine. Apesar do início da retomada, o número ainda é bem menor do que o observado antes do conflito, quando o tráfego pelo estreito era de cerca de 110 travessias por dia.

Após a assinatura do memorando de entendimento, a Autoridade do Estreito do Golfo Pérsico do Irã divulgou hoje regras para as embarcações

cruzarem a rota. Em mensagem no Telegram, a autoridade informou que haverá exigência de pedidos de trânsito para a passagem de navios, mas que as operações serão realizadas "com rapidez".

"A fim de evitar atrasos na entrada ou saída do Estreito de Ormuz, é obrigatório que o pedido de passagem seja enviado com todas as informações necessárias preenchidas pelo menos 48 horas antes da chegada à área do estreito", detalhou.

A autoridade iraniana também enfatizou que, durante o período de 60 dias, nenhuma taxa será cobrada dos navios, e que as tarifas de serviços de proteção, segurança e meio ambiente, bem como o respectivo seguro iraniano, serão de responsabilidade do governo do Irã.

"Devido às condições especiais e à existência de certos riscos de segurança na rota de trânsito, e pela necessidade de garantir uma navegação segura e protegida e evitar acidentes marítimos, a coordenação da rota e do horário de passagem declarado para cada navio é obrigatória antes de se mover em direção ao estreito; a responsabilidade pelo descumprimento caberá ao proprietário do navio", acrescentou.

**REINO UNIDO**

# Prefeito trabalhista chega ao Parlamento e pode desafiar Starmer

O prefeito trabalhista da Grande Manchester, Andy Burnham, venceu na quinta-feira passada, uma eleição especial para o Parlamento do Reino Unido que o coloca em posição de desafiar o primeiro-ministro Keir Starmer pela liderança do país.

Burnham conquistou a vaga de Makerfield, no noroeste da Inglaterra, contra Rob Kenyon, do partido anti-imigração Reform UK. A vitória consolidou o status do prefeito, um político de 56 anos conhecido como Rei do Norte, como o principal candidato a substituir Starmer como líder do Partido Trabalhista e do país.

O discurso de vitória de Burnham não deixou dúvidas de que ele mira a liderança do Reino Unido. "Todos sabem que a política não está funcionando", afirmou. "Todos po-

dem sentir que o país não está onde deveria estar. Esta noite pode ser o ponto de virada".

Starmer parabenizou Burnham em publicação nas redes sociais. "Os eleitores escolheram a campanha de esperança e otimismo do Partido Trabalhista em vez da divisão e do ódio", afirmou o primeiro-ministro.

O prefeito da Grande Manchester afirmou ainda que o Partido Trabalhista tem "uma última chance de mudar" e reconquistar a confiança dos eleitores. "Mas é uma chance agora, a partir deste resultado de hoje à noite, de construir uma nova política baseada na unidade e na esperança, afastando-se do caminho que nos leva a uma política dividida e sombria do tipo que vemos nos Estados Unidos", disse.

**CHEIO DE ÓDIO**

# Ministro israelense defende massacre do povo do Líbano

PEDRO LIMA/AE

O ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, defendeu uma resposta mais dura contra o Líbano e o Hezbollah nesta sexta-feira, em declarações que provocaram reação imediata do Irã. Em publicação no X, o líder do partido de extrema direita Otzma Yehudit afirmou que "por cada lágrima derramada por uma mãe israelense, mil mães libanesas devem chorar" e acrescentou que "todo o Líbano deve arder".

Ben-Gvir disse ainda que Israel não deve agir com contenção diante dos ataques do Hezbollah. "Com todo o respeito aos americanos, Israel precisa deixar claro para o mundo inteiro que o sangue de nossos filhos e a segurança de nossos cidadãos não estão à mercê de ninguém", escreveu.

Segundo o ministro, a prioridade do governo israelense deve ser proteger os cidadãos e os militares do país, acima de qualquer outra consideração.

O integrante do gabinete de genocida Benjamin Netanyahu também criticou respostas pro-

porcionais ao grupo libanês. "Chega de jogo de empurra. No Oriente Médio não se vence com respostas comedidas e contenção", afirmou. "É preciso enlouquecer. Apagar. Derrotar o terrorismo de forma decisiva."

As declarações foram criticadas pelo ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi. Também em publicação no X, o chanceler afirmou que as falas não partiram de "um lunático genocida qualquer", mas do ministro da Segurança Nacional de Israel.

Araghchi classificou o gover-

no israelense como uma "seita genocida da morte sediada em Tel-Aviv" e disse que o regime representa "uma ameaça para toda a humanidade". Segundo ele, o único interesse de Israel é a "guerra permanente".

Pouco antes do fechamento deste texto, a CNN informou que Netanyahu não pretende ampliar os ataques ao Líbano, enquanto a Reuters noticiou que Israel e Hezbollah concordaram com um cessar-fogo a partir das 10 horas (de Brasília), segundo um alto funcionário norte-americano.

**ARGENTINA**

# Aliado de Milei deixa cargo após denúncia de enriquecimento ilícito

THAIS PORSCH/AE

O chefe de Gabinete de Javier Milei, Manuel Adorni, anunciou nesta sexta-feira, sua renúncia em meio a um escândalo de suposto enriquecimento ilícito. Adorni reconheceu este mês que ocultou cerca de meio milhão de dólares de suas declarações patrimoniais.

"Adrián Ravier será o novo

porta-voz presidencial. Desejamos-te todo o sucesso nesta nova etapa, querido Adrián. Tens um grande desafio pela frente: serás a voz daquele que está tornando a Argentina grande novamente", escreveu Adorni na rede X.

O suposto enriquecimento ilícito do funcionário próximo a Milei tem desgastado a gestão governamental nos últimos três

meses e levantou questionamentos sobre a insistência de Milei em mantê-lo ao seu lado.

Viagens ao exterior, aquisições imobiliárias e reformas caras acenderam alarmes pela aparente falta de correlação dos rendimentos formais de Adorni.

A crise estourou quando os rendimentos de muitos argentinos estão sendo corroídos pelo

fechamento de mais de 20.000 empresas, demissões em massa e o aumento das tarifas dos serviços públicos.

O novo porta-voz presidencial, Adrián Ravier, é próximo de Milei desde antes de sua chegada à Casa Rosada e é um dos acadêmicos mais identificados com as ideias libertárias, mantendo uma relação de confiança com o presidente, diz o Âmbito.

**EUA**

# Trump refuta queda de popularidade e diz que Rússia deveria voltar ao 'G8'

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, refutou a avaliação de que esteja perdendo influência política em seu segundo mandato e afirmou que continua com elevados índices de aprovação. Em entrevista ao programa The Axios Show nesta sexta-feira, o republicano classificou como "falsos" os levantamentos que apontam enfraquecimento de sua posição política e disse que derrotaria qualquer candidato

democrata por ampla margem.

Questionado sobre o ciclo tradicional de presidentes em segundo mandato, que costumam enfrentar queda de popularidade e perda de poder após as eleições de meio de mandato, Trump respondeu que esse cenário não se aplica ao seu governo. "Tenho ótimos números nas pesquisas", afirmou. "Eu venceria qualquer candidato deles democratas por 25 pontos."

O presidente também disse que ainda não considera seu governo em fase final. Segundo

ele, restam mais de dois anos e meio de mandato e há projetos de grande impacto que pretendem implementar antes de deixar a Casa Branca.

Na mesma entrevista, Trump elogiou o presidente da França, Emmanuel Macron, pela organização da recente cúpula do G7. Segundo ele, o líder francês fez um "trabalho fantástico" como anfitrião do encontro e promoveu um evento sem atritos entre os participantes.

Ao comentar a configuração do grupo, Trump voltou a defen-

der o retorno da Rússia ao fórum, que era conhecido como G8 antes da exclusão de Moscou em 2014, após a anexação da Crimeia. "Eles deveriam ter mantido o G8", afirmou. Na avaliação do republicano, a permanência da Rússia no grupo poderia ter evitado o conflito entre Moscou e Kiev. "Provavelmente vocês não teriam a guerra entre Rússia e Ucrânia se tivessem feito isso", disse, atribuindo a retirada do país do bloco principalmente ao ex-presidente dos EUA Barack Obama.

**EUROPA**

# UE diz que não será só mediadora na guerra da Ucrânia e cobra pressão sobre a Rússia

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Conselho Europeu, António Costa (foto), afirmou nesta sexta-feira, que a União Europeia não pretende atuar como mediadora no conflito entre Rússia e Ucrânia e reforçou que o bloco permanece alinhado a Kiev. Em entrevista coletiva após a cúpula do Conselho Europeu, Costa disse que "a UE está do lado da Ucrânia" e reiterou que apenas o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, tem legitimidade para negociar em nome do país.

"Não queremos ser apenas mediadores na questão da Ucrânia. Estamos com a Ucrânia durante a guerra e estaremos com eles depois da guerra", afirmou Costa.

Segundo Costa, o bloco não vê "sinais críveis" de que Moscou esteja disposta a participar de negociações sérias neste momento. Ainda assim, informou que está estabelecendo um canal diplomático direto com a Rússia para transmitir as posi-



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

ções europeias. "Precisamos ser capazes de transmitir nossas próprias mensagens diretamente à Rússia", disse.

Costa também defendeu que a chamada "coalizão dos voluntários" - grupo de países que apoia militarmente Kiev - participe das discussões sobre futuras garantias de segurança para a Ucrânia. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der

Leyen, afirmou que, "mais cedo ou mais tarde", a Rússia terá de retornar à mesa de negociações e que a Europa precisará apresentar uma posição unificada quando isso ocorrer.

As declarações vieram acompanhadas de uma nova sinalização de endurecimento contra Moscou. Costa afirmou que "é hora de aumentar a pressão sobre a Rússia", defendendo a rá-

pida aprovação de novos pacotes de sanções.

Nas conclusões aprovadas pela cúpula, os líderes europeus reiteraram apoio "firme e inabalável" à soberania e integridade territorial da Ucrânia e destacaram que "o caminho para a paz não pode ser decidido sem a Ucrânia".

O texto também afirma que a UE está pronta para ampliar seu engajamento diplomático, mas cobra que a Rússia aceite um cessar-fogo total e participe de "negociações significativas" para uma paz duradoura. Além disso, o Conselho Europeu defendeu a adoção célere do 21º pacote de sanções contra Moscou e reforçou o compromisso de aumentar a pressão econômica sobre o Kremlin.

Em outro tema, Costa criticou a falta de avanços da China na correção dos desequilíbrios comerciais globais. "Até agora, a China não entregou", afirmou. A discussão sobre desequilíbrios macroeconômicos globais integrou a agenda da reunião dos líderes europeus.